



Simone Cavalcanti*

Entre o social GAZETA MERCANTIL e a ortodoxia

21 ABR 2006

Com racionalidade, o governo evitaria o dilema entre superávit e gastos sociais

Sempre me pergunto o quanto é possível retroagir em relação à condução da política econômica, depois de quase oito anos de implantação de um regime fiscal responsável. Devo confessar que sinto medo, ainda mais em ano de reeleição e dado o histórico populista brasileiro, que os integrantes do governo dêem um passo em falso e sejam atraídos pelas "pseudobenesses" da gastança dos nossos recursos por eles gerenciados.

A política de formação do superávit primário do jeito que é feita no Brasil não está próxima do que seria o ideal. O princípio está correto, ter receitas maiores que as despesas. Como lembrou, ao defendê-la, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva em uma de suas metáforas: é preciso fazer como na economia doméstica, quando as despesas de casa não devem ultrapassar o salário. No setor público, porém, a forma como este "salário" é obtido, com aumentos consecutivos da carga tributária, e não pela racionalidade do uso dos recursos aliado a um corte de gastos, é errônea desde o início.

Mas fato é que, entre o final de 1998 e início de 1999, o Brasil optou por trilhar outro caminho por forçosa imposição da realidade globalizada, pois sem os ajustes que foram e precisam continuar a ser feitos, manteríamos alto grau de vulnerabilidade a crises futuras, externas e domésticas.

Os ex-ministros da Fazenda Pedro Malan e Antonio Palocci costumavam dizer que a responsabilidade fiscal e a estabilidade econômica são um ganho da sociedade e que esta não admitiria que, de agora em diante, isso mudasse. Guido Mantega assumiu a pasta prometendo que na-

da mudará. Mas, há menos de um mês de sua posse, neste final de semana na reunião de primavera do Fundo Monetário Internacional (FMI), Mantega já fez crítica aberta à ortodoxia por uma economia maior em detrimento de gastos sociais.

E eis o cerne da questão. Nos dias atuais em que os dis-

Anos de eleição como este despertam veia populista nos governantes e são uma ameaça ao regime fiscal responsável

cursos mexem com expectativas dos agentes de mercado e estas podem alterar os indicadores econômicos futuros, é preciso um pouco mais de cautela no trato das palavras. O piso mínimo de um superávit primário de 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB) está em lei e deve ser cumprido.

Isso não quer dizer que os gastos sociais devem ser menores. Duvido que algum brasileiro consciente das desigualdades que existem no País negue a necessidade destas despesas. Toda vez que estas aplicações fossem feitas de forma mais racional, transparente e com a eficiência encontrada em muitas empresas privadas, o governo não precisaria optar entre o superávit e o gasto social, mas promover os dois de forma equilibrada.

Em tempo: o Banco Central divulga nesta semana o resultado das contas públicas e o resultado do superávit primário em 12 meses tende a ser menor do que os 4,25% do PIB.

* Subeditora da Investnews
(scavalcanti@investnews.com.br)